



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª
(QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Jaqueline Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 38 - Suplemento, de 03/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 5ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Dá-se início aos Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência acata a solicitação de V. Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 4ª Sessão Ordinária.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10	02	2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 10, 02 2010

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
ALÍRIO NETO - PPS		✓	
AYLTON GOMES - PR		✓	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		✓	
BENEDITO DOMINGOS – PP		✓	
BENÍCIO TAVARES – PMDB	✓	✓	
BISPO RENATO – PR	✓	-	
BRUNELLI – PSC		✓	
CABO PATRÍCIO – PT		✓	
CHICO LEITE – PT		✓	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	✓	-	
DOUTOR CHARLES – PTB	✓	-	
ELIANA PEDROSA - DEM		✓	
ÉRIKA KOKAY – PT		✓	
EURIDES BRITO – PMDB		✓	
JAQUELINE RORIZ – PMN	✓	-	
LEONARDO PRUDENTE		✓	
MILTON BARBOSA – PSDB	✓	-	
PAULO RORIZ – DEM		✓	
PAULO TADEU – PT	✓	-	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		✓	
REGUFFE – PDT	✓	-	
ROGÉRIO ULYSSES		✓	
RÔNEY NEMER - PMDB		✓	
WILSON LIMA – PR		✓	
TOTAL	07	17	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, aproveitando este comunicado, primeiro informar a este Plenário, Deputado Reguffe, enfim, Deputado Dr. Charles, que hoje às 17h, nós estaremos nos dirigindo ao STJ, a CPI, todos os Parlamentares estão convidados, onde teremos uma reunião com o Presidente daquela Corte, para pedirmos conhecimento do inteiro teor do inquérito nº 650, denominado "Caixa de Pandora".

É fundamental que nós possamos ter acesso a esse material para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como as demais instâncias desta Casa, possam proceder de maneira, eu diria, segura, às investigações bem como ao julgamento que iremos fazer do Governador e dos Parlamentares.

Quero aproveitar também este comunicado para, mais uma vez, reforçar a necessidade, Deputada Erika Kokay e Deputado Milton Barbosa, da varredura por parte da Polícia Civil do Distrito Federal em nossos gabinetes, não só nos nossos gabinetes, como também nos telefones fixos e nos celulares dos nossos Parlamentares. Até porque, Deputada Jaqueline Roriz, nós não podemos compactuar com esse crime de espionagem ilegal de que esta Casa foi vítima nos últimos dias. Em especial, alguns Parlamentares.

A Polícia Civil do Distrito Federal bem como o Ministério Público do Distrito Federal já estão investigando, Deputado Milton Barbosa, todo o ocorrido. E nós esperamos muito que esse crime seja desvendado e que os responsáveis paguem por ele. Até porque não é a primeira vez que o Distrito Federal convive com esse tipo de coisa. Há alguns anos, a Promotora do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do MP junto ao Tribunal de Contas, foi vítima desse tipo de crime. Tivemos no Congresso Nacional, Deputada Erika Kokay, a CPI dos Grampos, que investigou esse tipo de crime em todo o país. Espero sinceramente que possamos coibir esse tipo de crime no Distrito Federal, nas instalações do Poder Legislativo do Distrito Federal.

Ontem, eu já havia dito aqui, e disse também na reunião que tivemos, eu, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Reguffe e vários outros Parlamentares com o Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Bandarra, que a Polícia Civil do Distrito Federal e o próprio MP já estavam bem avançados nas investigações e que, além dos dois policiais civis do Estado de Goiás, além do servidor que passou aqui pelos gabinetes da Câmara Legislativa e também pela Secretaria de Relações



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Institucionais, teria surgido um quarto nome que é o do Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Goiás, que, por coincidência, é inclusive irmão de um assessor meu, companheiro Franklin.

Eu não sei exatamente qual foi o teor do depoimento desse policial civil, presidente do Sindicato, mas a informação que nós detectamos foi a de que ele, Deputado Batista das Cooperativas, fez o depoimento de aproximadamente quatro horas e contribuiu muito na elucidação desse crime.

E é interessante que ele, Deputado Reguffe, chega a dizer, pelo menos são essas as informações iniciais, que realmente aquele senhor de nome Francisco, que estava lotado no gabinete do Deputado Benedito Domingos e também na Secretaria de Relações Institucionais, teria inclusive procurado esses policiais, Deputada Erika Kokay, em nome do Governador Arruda! Em nome do Governador Arruda!

Eu tenho confiança na Polícia Civil do Distrito Federal, temos confiança também no Ministério Público do Distrito Federal. Esperamos que eles possam, através dos instrumentos que lhes são permitidos pelo estado democrático do direito, fazer essa varredura, essa investigação, e rapidamente elucidar esse crime.

Ontem um Parlamentar, acho que foi o Deputado Rogério Ulysses, chegou a fazer uma avaliação correta de que isso poderia ser uma forma de desviar a atenção do foco central referente ao inquérito Caixa de Pandora. Eu até entendo a preocupação do nobre Deputado, mas também entendo que esses assuntos se somam. Por exemplo, a prisão do ex-servidor da CEB, hoje conselheiro do Metrô, o Bento. Inclusive, ele é um colega meu da CEB. Conheço o Bento, conheço sua esposa, conheço seus filhos. Eu não sou daqueles que, depois que a casa cai, nego, inclusive, dizendo que não conheço as pessoas. O Bento é um colega meu. Sempre foi arrudista. Ele juntamente com o Aroaldo e outros companheiros de trabalho da CEB sempre foram do núcleo arrudista, da campanha do Arruda dentro da CEB. E para minha surpresa e surpresa dos servidores da CEB, o Arruda declarou que nem conhecia o Bento. Eu quero dizer que conheço o Bento. Ele é um colega meu da Companhia Energética de Brasília, mas terá que pagar pelos erros que cometeu. Além de assumir o crime de suborno a testemunhas, disse que o Rodrigo... Todos conhecem o Rodrigo. Eu conheço o Rodrigo. Acho que todos conhecem o Rodrigo. Eu só espero que o Arruda não diga que não conhece o Rodrigo também. Daqui a pouco, dirá que não conhece o Rodrigo, sobrinho dele, aliás. Esperamos que, independentemente daquilo que aconteceu com o Bento, as coisas possam ser esclarecidas. Espero que o Arruda reconheça que conhece o Bento.

Também espero que o Deputado Geraldo Naves, que cumpriu uma função, nos últimos dias, de defesa intransigente e até, muitas vezes, cega do Governador Arruda e que deixou de ser esse defensor cego, porque saiu da Câmara Legislativa como ladrão de bilhete... De bate-pau, para ladrão de bilhete! Parece-me que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Governador Arruda não sabe de onde saiu o bilhete. Não sabe se foi de sua mesa ou de suas mãos diretamente para o Deputado Geraldo Naves.

Tenho divergências profundas com o Deputado Geraldo Naves, mas acredito que o Deputado Geraldo Naves não furtou aquele bilhete da mesa do Governador Arruda. Acho que S.Exa. recebeu aquele bilhete das mãos do Governador Arruda. Não é justo que, quando as coisas não andam da forma que alguns esperam que andem, as pessoas neguem, ou joguem aqueles defensores literalmente na lata do lixo. O Deputado Geraldo Naves não furtou aquele bilhete da mesa do Governador, S.Exa. recebeu dele aquele bilhete que está sendo periciado pela Polícia Federal.

Com relação ao Bento, quero dizer que o conheço, sei o quanto ele trabalhou pelo Governador Arruda na CEB durante anos e anos e espero que ele não continue negando conhecer o Bento, que, inclusive, está preso na Papuda até hoje e provavelmente irá responder na Justiça pelo crime que cometeu, o de suborno a testemunhas.

Era esse o recado que eu queria pronunciar nesta tarde, esperando que essa crise, que ninguém aguenta mais, resolva-se imediatamente. Provavelmente a melhor maneira de resolver essa crise é o Governador Arruda renunciar imediatamente o cargo de Governador do Distrito Federal!

Eram essas as minhas palavras.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. o tempo que me concedeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

O Deputado Chico Leite está inscrito para os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas, como Vice-Líder do Governo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Temos a presença dos Deputados Paulo Tadeu, Dr. Charles, Cristiano Araújo, Erika Kokay, Bispo Renato, Batista das Cooperativas, Jaqueline Roriz, Chico Leite e do Parlamentar que vos fala, Milton Barbosa.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, uma vez que os seus precedentes já foram chamados nos Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Chico Leite se dirige à tribuna, quero trazer uma informação a esta Mesa e a todos os Parlamentares da Casa. Daqui a instantes, às 17h mais precisamente — a Deputada Erika Kokay me alerta de que já foi informada, mas eu queria reiterar isto —, seremos recebidos pelo Presidente do STJ. A Comissão Parlamentar de Inquérito será recebida pelo Ministro Presidente do STJ.

Aproveito para pedir a V.Exa. que daqui a instantes possamos nos ausentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – V.Exa. tem a permissão e quem vai com V.Exa. também.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ainda ontem, no microfone de apartes, pude expressar a minha profunda tristeza e indignação com o estado letárgico que esta Casa vive do ponto de vista de suas ações fiscalizadoras pontuais, de suas ações de comissão, de suas ações legislativas, em função da crise.

Já no final do ano passado dizíamos que, enquanto não conseguíssemos resolvê-la do ponto de vista dos deveres funcionais da Casa, também não lograríamos êxito em nenhuma daquelas ações que são funções constitucionais e legais nossas.

Hoje, tantos dias passados, com a convocação extraordinária, na realidade estamos quase na estaca zero, Sr. Presidente, lamentavelmente. E a cada dia vemos aparecer o nome de um Parlamentar em uma anotação, o nome de outro na entrega de um bilhete com a letra do Governador em um suposto caso de propina para mudança de depoimento, o que significa interferência efetiva na produção de prova, e pouco avançamos. A CCJ está à espera até hoje do relatório sobre os processos de *impeachment*, que insistimos tanto que se fizesse naquela primeira reunião. A CPI só ontem realmente foi deliberativa, e hoje já toma uma providência evidentemente hercúlea porque vai atrás da fonte das investigações.

Sr. Presidente, a tristeza de quem vê o desvio de recursos do povo do Distrito Federal no vídeo, nas gravações, nas páginas dos inquéritos, é quase igual, é muita, mas é quase igual à tristeza de quem assiste a esta Casa não tomar qualquer providência efetiva. As tristezas são similares. E eu, particularmente, participante desse embate, também me sinto extremamente triste e indignado.

E aí, Sr. Presidente, há alguns dias, fundamentalmente depois da última decisão judicial, depois do último episódio que pôs em cheque as provas do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

processo, quando houve de parte do acusado interferência na produção de provas, lembrando, V.Exa. sabe, os pressupostos da prisão preventiva do art. 311, indícios de autoria e materialidade; os requisitos do art. 313, a comoção popular, a garantia da lei penal e a garantia da prosperidade da lisura da instrução; e o art. 313, Inciso I, do mesmo Código de Processo Penal, que fala dos crimes punidos com reclusão. Então, estão presentes os pressupostos e os requisitos para prisão preventiva.

Assistindo a tudo isso – depois da última decisão e de tantos *e-mails* que tenho recebido no gabinete que indagam por que não fazemos mais, por que não operamos mais, por que não cumprimos a lei, como se todos nós estivéssemos no meio dessa lama –, ainda na última reunião da CCJ, eu tive que fazer uma intervenção dizendo que culpado é quem desviou recurso público, não nós que estamos fazendo tudo para apurar. Mas, a partir da decisão judicial, Sr. Presidente, permita-me, da última das decisões, que muita gente julgou que era intervenção ilegítima, e que na realidade o Judiciário entrou para resgatar o Estado de Direito – ele, sim, ali, naquele momento, sofria riscos graves – eu comecei a pensar em outro dado sobre o qual nós podíamos nos debruçar aqui na Casa, em debate, com respeito à posição dos mais variados colegas, que sei que pensam e se debatem sobre esse tema há algum tempo, como eu.

Esta Casa, segundo a Lei Orgânica, tem que dar autorização para processo no crime de responsabilidade do Governador, naquele procedimento da Lei nº 1.079/50, com 16 votos. São 16 votos. Também para o processo criminal, aquele que corre no STJ, esta Casa precisa dar autorização por 16 votos. Dispositivo que, sinceramente, parece-me como resíduo de imunidade parlamentar processual esdrúxulo porque qualquer pessoa que comete crime com indício de autoria e materialidade, com intervenção na produção de prova, tem a prisão preventiva decretada. E o Governador não. Esse tratamento diferencia as pessoas. Não é a igualdade aristotélica tratar os iguais igualmente, é mais do que isso, é separar as pessoas pelo que têm, pela suposta importância social.

Reinhard Frank dizia, Sr. Presidente, há exatos 107 anos, que na realidade assim como não se pode punir pelo erro aquele que não teve a chance de acertar, também não se pode dar penas diferenciadas sem se olhar para a possibilidade de cumprir o direito – na expressão daquele acadêmico alemão. Aquele que podendo cumprir o direito não o faz, merece uma pena muito maior do que aquele que não podendo, descumpre.

No nosso País é diferente. O homem comum, a mulher comum, do povo, ela, ele, na realidade, são presos por coisas muito menores, por crimes contra o direito individual. E pessoas que ocupam cargo público, praticando crimes contra o direito transindividual difuso, que atinge até gerações que ainda não nasceram, estão praticamente imunes. É uma imunidade que serve à impunidade, Sr. Presidente. E nós não vamos corrigir isso, porque filhos, filhas, netos, netas vendo isso, se estimularão a atuar por esse caminho da facilidade e do crime.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Pois bem. Foi assim, meu Presidente, que eu comecei a pensar naquela ação declaratória de constitucionalidade de S.Exa., o Procurador-Geral da República, contra o dispositivo da Lei Orgânica que exige que os 16 Parlamentares tenham a sua autorização. Essa ação está no Supremo, se vitoriosa tirará do mundo jurídico esse dispositivo e essa necessidade de autorização para se abrir processo criminal contra o Governador. Notício que dispositivo idêntico há nas constituições estaduais, igualmente nefasto. Notício que já há outras decisões do Supremo Tribunal Federal considerando, lamentavelmente, dispositivo similar constitucional.

Eu quero pegar por base, Sr. Presidente, outro fundamento. A causa de pedir de S.Exa., o Sr. Procurador-Geral, é a inconstitucionalidade. Por isso, ele deseja que se retire do mundo jurídico aquele dispositivo. Penso que a causa de pedir deveria ser outra. A causa de pedir deveria ser – o que eu julgo, permitam-me, desculpem-me aqueles que não concordam – a suspeição desta Casa para julgar essa possibilidade de processo no Superior Tribunal de Justiça. Essa é a compreensão que tenho. Se são necessários 16 votos, e nós só temos 16 em condições de votar, aí não é mais dois terços, que é o que a lei fala, aí já é unanimidade! *Quorum* impossível de se alcançar. Ora, se é impossível juridicamente, tem que ser excluído do mundo jurídico sob pena de nós chegarmos ao ridículo, ao absurdo. Sob pena de nós aguardarmos expectativas que, em realidade, só existe no plano abstrato, jamais se concretizará. E olha que nem estou entrando na hipótese, Sr. Presidente, permita-me, da citação de outros colegas. Um ou dois que já foram citados, mas ainda não foram considerados suspeitos. E aqui eu quero dizer que suspeição não é prejudgamento, é matéria jurídica. Mas são suspeitos para julgar, porque um juiz não pode ser juiz de sua própria causa.

Pois bem, com a causa de impedida a suspeição, entendo que nos moldes do que já houve em outra unidade da Federação, o Supremo Tribunal Federal, provocado, deve dizer que a Casa está inapta para dar essa autorização. E se está inapta para dar a autorização, não precisaria dá-la. Aí sim, o Judiciário, em quem confio, o Ministério Público Federal, em quem confio, poderiam resgatar o Estado de Direito do Distrito Federal porque poderiam cumprir os ditames do Código de Processo Penal, para que se pudesse chegar a um desfecho segundo a prova dos autos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Chico Leite, seu discurso, como sempre é muito substancial, mas V.Exa. haverá de entender que é imperativo que conclua, embora já tenha triplicado o seu tempo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado.

Eu quero concluir o seguinte: a compreensão da suspeição da Casa, matéria jurídica, porque impossível chegasse ao *quorum* necessário, já que só 16 Parlamentares podem votar, daria em conclusão o julgamento da inaptidão dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Casa Legislativa para votar a possibilidade de se abrir processo criminal contra o Governador.

Nessa hipótese, Sr. Presidente, ao dos moldes do que já houve em julgamento em outro estado da Federação, nós teríamos a dispensa dessa autorização. E aí, sim, o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderiam, como deseja toda a sociedade, cumprir a lei do nosso País.

Eu gostaria que todos os colegas refletissem seriamente sobre isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a todos os Parlamentares desta Casa – Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay – que disponibilizem os seus gabinetes, porque a partir das 19h a Polícia Civil estará aqui na Casa fazendo a varredura, em atendimento ao apelo feito pelos Deputados. E, para isso, peço aos Deputados que acompanhem ou peçam ao chefe de gabinete que acompanhe esse trabalho, para que não paire nenhuma dúvida quanto ao trabalho de grande competência da nossa Polícia Civil.

Portanto, hoje, às 19h, a Polícia entrará nos gabinetes. Começará pela Presidência e seguirá o trâmite em todos os gabinetes da Casa, cumprindo aquela determinação que os Deputados deram para nós ontem: a missão de trazer a Polícia Civil do Distrito Federal aqui para fazer a varredura hoje às 19h.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Wilson Lima, eu gostaria de convidar V.Exa. a reassumir os trabalhos dos quais V.Exa. é um hábil condutor. V.Exa. vem assumir?

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, V.Exa. está fazendo um trabalho muito bom. Continue.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ontem discuti aqui esse caso que assolou o Distrito Federal e queria hoje fazer alguns comentários sobre o que pode ser feito em termos de legislação eleitoral dentro de uma reforma política.

Este caso é muito grave, houve desvio de dinheiro público de uma forma clara, e isso não pode ficar sem uma apuração e uma punição absolutamente rigorosa. Agora, é preciso também aperfeiçoar a legislação eleitoral deste País.

Eu quero deixar aqui uma proposta — eu respeito a opinião de todos e sei que este não é o foro para se discutir isso, porque este é um assunto previsto na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Constituição Federal e, portanto, é um assunto da esfera federal, do Congresso Nacional. Penso que toda a sociedade e também todos os seus agentes públicos, nos quais se insere este Poder Legislativo, têm obrigação de discutir.

Eu quero propor, em primeiro lugar, que seja implantado neste País o financiamento exclusivamente público de campanha; que se dê igualdade de condições entre os candidatos; que se faça com que a fiscalização seja mais efetiva. Hoje, esse financiamento privado dá margem a todo tipo de troca, de extorsão. Já há dinheiro público pagando campanha, mas por canos que não sabemos onde começam nem onde terminam, com licitações manipuladas, viciadas. O financiamento exclusivamente público dá igualdade de condições entre os candidatos. Uma pessoa poderá me dizer: "O picareta, o corrupto vai arrumar dinheiro do mesmo jeito por fora, fazendo 'caixa dois'." Para o corrupto, tem que haver fiscalização rigorosa. Não é por isso que se deve manter este sistema atual, que gera neste País escândalo atrás de escândalo. Está na hora de se fazer uma reforma política séria.

O financiamento exclusivamente público que eu defendo não é dar dinheiro na mão de político, porque senão pessoas serão candidatas só para ganhar dinheiro. Financiamento exclusivamente público que eu defendo é o seguinte: tem que se fazer programa de televisão? Então, o TSE e o TRE vão fazer uma licitação, e todos vão gravar na produtora que ganhar. Vai haver um horário para cada: às 13h, este; às 13h30, aquele; às 14h, esse. O fundo será igual. Ele terá que, "no gogó", falar o que pensa, expor suas ideias, convencer as pessoas das suas ideias. Gráfica. Todos vão fazer panfletos? Então, haverá uma licitação do TSE e do TRE. A gráfica tal ganhou? Então, vai fazer o panfleto de todos, 100 mil para cada um, por exemplo.

Isso daria uma transparência maior para o processo, facilitaria a investigação. Se um candidato aparecesse com um volume de campanha maior do que o outro, seria fácil fiscalizar e punir. Aí, alguém poderá dizer: "Mas a compra de voto não é transparente." Bom, para compra de voto tem que haver fiscalização, porque o bandido sempre vai arrumar um jeito. Agora, nós temos que aprimorar o sistema para que ele sirva às pessoas de bem e ao contribuinte honesto deste País, para que o contribuinte tenha uma classe política à altura do que ele espera.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tenho outras ideias. Aqui alguns Parlamentares vão pleitear uma ida ao Congresso Nacional nas eleições deste ano, como a Deputada Erika Kokay e o Deputado Paulo Tadeu, por exemplo, então quero deixar aqui essa sugestão, como proposta de campanha.

Além do financiamento exclusivamente público de campanha, o voto facultativo. Ora, votar não pode ser do jeito que é. Hoje muitas pessoas exercem esse gesto sem fazer a reflexão devida de que ele precisa e que merece. Acaba que se vota em qualquer um. Qualquer um é sempre o mais conhecido; mais conhecido é sempre aquele que gastou mais na campanha; quem gastou mais na campanha é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

quase sempre aquele financiado por grandes empresas ou grandes grupos comerciais, ou o mais rico.

Além disso, eu penso que tem que haver limitação no número de reeleições. Eu até penso que não deveria haver reeleição para nenhum cargo neste País. Isso ajudaria a renovar, oxigenar a política, aproximar os representados dos representantes, fazer com que a classe política estivesse mais próxima daquilo que deseja a sociedade civil. Mas eu penso que poderia haver uma reeleição para cargos legislativos e nenhuma para cargos executivos. A pessoa que quer prestar um serviço à sociedade vai prestar, vai servir à sociedade e depois vai dar chance para outros. Dar chance para outros ajuda a oxigenar, ajuda a que o sujeito não incorpore a pessoa jurídica, não comece a se achar o tal, entenda que aquilo é um serviço à população, à sociedade, ao contribuinte.

Além disso, eu penso, Deputado Milton Barbosa, que deveria haver um enxugamento no número de Parlamentares no Congresso Nacional. Quinhentos e treze é um número excessivo, poderia haver menos. Não dá nem debate. Oitenta e um senadores é uma coisa que foi instituída no pacote de abril de 1977. Antes eram 2, então pode continuar havendo 2. Eu penso que 54 já seria um número razoável.

Por último, Sr. Presidente, eu penso que o voto distrital aproximaria o eleitor do eleito e o eleito do eleitor dividindo-se a cidade em distritos, e cada distrito elegeria um, aquele seria facilmente cobrado pelo seu eleitor. Hoje o eleitor olha e fala: "Eu tenho que cobrar de tanta gente que eu não sei nem quem é". Isso facilitaria, isso aproximaria.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu queria deixar de sugestões. A questão do financiamento exclusivamente público eu considero essencial para a vida política deste País. Do jeito como está a vida política deste País, as pessoas não se consideram representadas pelos políticos, e só os políticos não veem que a sociedade não se considera representada por eles.

O financiamento exclusivamente público de campanha seria o dinheiro mais bem investido da história deste País, porque produziria uma classe política verdadeiramente independente de interesses comerciais, empresariais e até melhoraria a relação do Executivo como Legislativo, porque muitas dessas barganhas passam, inclusive, Brasil afora, por uma necessidade que alguns têm de financiamento de campanha, que não podem ter.

Financiamento de campanha tem que ser transparente, limpo, claro, para todos entenderem como é; por isso eu defendo o financiamento exclusivamente público de campanha. Eu penso que seria a melhor forma de termos uma classe política verdadeiramente independente de qualquer outro interesse que não seja o interesse maior do contribuinte, o interesse público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito Obrigado, Deputado Reguffe.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Presidente desta Casa, Deputado Wilson Lima, esteve aqui há pouco dizendo que se vai fazer uma varredura nesta Casa. Eu fico perplexo, porque eu acho que até o grampo feito de forma legal tem que ser bem direcionado, tem que ter objetividade, para que se preserve um bem maior das pessoas, que é a liberdade.

Eu acho que, quando se faz um grampo clandestino em uma Casa que representa a população do Distrito Federal, é o maior descaso que se pode ter com esta Casa e com todos nós, com qualquer cidadão do Distrito Federal. É impossível que aceitemos pessoas que saiam sabe-se lá de onde, ou quem quer que seja, para fazerem esse tipo de coisa na Câmara Legislativa.

Então, realmente, nós precisamos repudiar isso veementemente, porque acho que nem naqueles momentos mais difíceis por que este País passou de cerceamento de liberdade eram possíveis tais coisas, principalmente em uma Casa de Leis, em uma Casa que representa o povo de um Estado.

Então, eu queria manifestar aqui o meu repúdio a essas pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Queria pedir licença a V.Exa. V.Exa é contra a varredura?

DEPUTADO DR. CHARLES – Não, sou favor absolutamente à varredura. Sou contra um grampo ilegal do jeito que se fez aqui nesta Casa.

E quero dar a sequência, Sr. Presidente, mudando um pouquinho de assunto. Eu queria parabenizar os servidores da Saúde porque, depois de meses de participação, de audiências públicas, hoje, pela manhã, fomos entregar ao Sr. Secretário um documento para se criar a Agência de Vigilância Sanitária do Distrito Federal, uma necessidade de todos os servidores daquela área. Deputada Erika Kokay, V.Exa sabe muito bem.

Foi uma felicidade geral. Entregamo-lo ao Executivo para se dar sequência e finalmente poder-se criar a Agência de Vigilância Sanitária do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, espero que o mais brevemente possível nós tenhamos aqui no Distrito Federal a Agência da Vigilância, porque é absolutamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

fundamental. Fundamental, inclusive, para que tenhamos autonomia desse serviço tão importante para a saúde e para a vida, para assegurar a qualidade de vida, eu diria. Qualidade de vida, a meu ver, tem como sinônimo a felicidade. Assegurar a felicidade. Reivindicação dos servidores e reivindicação nossa. Tivemos a oportunidade, inclusive, de termos aqui nesta Casa uma audiência pública promovida pelo Deputado Dr. Charles em que ficou bastante clara a necessidade de termos a Agência de Vigilância Sanitária.

Sr. Presidente, eu me inscrevo porque estamos vivendo um momento de profunda gravidade no Distrito Federal, não apenas porque todos nós ficamos absolutamente impactados com o que se denominou Caixa de Pandora, mas pelo fato de não termos só uma Caixa de Pandora. Porque o que nós estamos vendo da ação do Governador do Distrito Federal para impedir as investigações eu caracterizo como uma nova Caixa de Pandora. Uma nova Caixa de Pandora, caixa de horrores, porque nós estamos vendo, com denúncias que surgiram há quase 3 meses, a falta de ação desta Câmara Legislativa, nitidamente dominada pelo Poder Executivo, que manda e desmanda e movimenta as peças como quer movimentar.

Eu me lembro da sessão do dia 3, a última que me parece participar, ou a penúltima, o Deputado Geraldo Naves, e ele dizia que não teria participado de um almoço em que se acertou a candidatura, parece-me, segundo notícias, do Deputado Batista das Cooperativas para a Primeira Secretaria.

Naquela ocasião, o Deputado Geraldo Naves, sem se preocupar muito, sem ter muita preocupação cronológica, disse que há 10 dias já havia se comprometido em votar no Deputado Batista das Cooperativas. Era dia 3 de fevereiro, e eu fiz as contas — nada resiste a uma boa matemática ou contas tão elementares. Dez dias atrás, nós estávamos no dia 24 de janeiro.

No dia 24 de janeiro, não havia vacância na Primeira Secretaria, não havia vacância na Presidência da Casa. Nós tínhamos no dia 24 de janeiro como Presidente da Casa o Deputado Leonardo Prudente, que renunciou no dia 26. Então, isso me assustou porque já estava planejada, provavelmente pelo Governador do Distrito Federal, segundo o Deputado Geraldo Naves, a renúncia do Deputado Leonardo Prudente; a eleição do Deputado Wilson Lima; a vacância, ou seja, a renúncia da condição de titular da Deputada Eurides Brito, e a vacância da Primeira Secretaria, porque, segundo o Deputado Geraldo Naves, no dia 24 de janeiro antes da renúncia do Deputado Leonardo Prudente, já estava acertado que ele iria votar no Deputado Batista das Cooperativas para a Primeira Secretaria.

Naquela ocasião também me surpreendeu a fala de outro Parlamentar, que disse: ora, mas se sepultou a CPI da Petrobras, ora, mas se sepultou tal outra CPI. Ocorreu-me que ali havia uma naturalização de sepultamentos, era como se estivéssemos conjugando o verbo sepultar: eu sepulto, tu sepultas... Mas nós não vamos sepultar, nós da bancada do PT não iremos naturalizar essa postura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Findo todo esse processo de nítida manipulação desta Casa, nós vimos ameaças de estudantes, sabotagem em carros de estudantes, ameaças de mortes para estudantes, incitamento a linchamento de comissionados, comissionados que deveriam estar trabalhando, estavam aqui defendendo o Governador Arruda.

Nós vimos tentativas de suborno, e o Deputado Geraldo Naves disse ontem – e repito – que muitas vezes, de forma feroz e irracional, defendeu o Governador Arruda e agora está sendo acusado por ele de ser ladrão de bilhetes. Está se construindo uma versão que, de tão cínica, agride a nossa própria inteligência, tão agudo é o cinismo. Uma versão de que o Sr. Antônio Bento – que eu não conheço – teria armado a cena filmada pela Polícia Federal. Eu digo: o Sr. Antônio Bento tem uma tendência de autoimolação, porque armou contra ele mesmo, pois está na cadeia. E digo: por que o Sr. Antônio Bento armou contra ele mesmo? Por que o Sr. Antônio Bento fez uma armação para ser preso?

Portanto, o Governador do Distrito Federal tem rompido todos os limites do Estado Democrático, todos os limites do Estado de Direito. E na tentativa vã de se manter no cargo, mergulha o DF na terra da ilegalidade e cria nova Caixa de Pandora. Concluída, e como seu ponto agudo, no grampo que, segundo o *Correio Braziliense*, teria custado R\$300.000,00 (trezentos mil reais), ou iria custar trezentos mil reais. E um servidor da Casa diz que aquilo teria sido feito para uma contratação a fim de se vigiar a creche que ele possuía, uma creche extremamente vulnerável a assaltos. Mais uma vez se agride a nossa inteligência.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que, se esta Câmara não cumprir a sua função, alguém a cumprirá. Outro órgão cumprirá, porque é impossível ficarmos passivamente olhando ou sendo cúmplices diretos ou indiretos, como grande parte dos Parlamentares está sendo, de toda essa Caixa de Pandora editada e reeditada. Ao que tudo indica, o processo de corrupção destampado com a Caixa de Pandora continua, porque onde arranjaram os 200 mil para se pagar um suposto depoimento adulterado? Com que recurso iriam pagar os 300 mil anunciados pela imprensa para grampear Deputados, para escutar Deputados, rompendo a cidadania da intimidade, que tem de ser preservada? Mas, para além disso, busca-se material para adulterar e incriminar Deputados – e particularmente Deputados de Oposição. Por isso, Sr. Presidente, ou esta Casa acorda e começa a cumprir a sua função, ou será considerada e julgada cúmplice da inoperância do Estado ou da transformação do Estado num Estado aliado ao crime. E outras instituições cumprirão a função que nos cabe.

Encerro lembrando que a história é implacável e que o Governador do Distrito Federal não conseguirá mergulhar Brasília na ilegalidade, como está tentando, nem conseguirá se cobrir de impunidade e cobrir esta cidade de impunidade. Por isso, creio que o Governador do Distrito Federal acabará por sair do cargo para que Brasília possa respirar, para que Brasília possa se agigantar, para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Brasília possa ser a cidade de todos e de todas, Capital da Esperança, prevista e sonhada por Dom Bosco.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

S.Exa. me pediu permissão para fazer uso da palavra de onde está, embora eu preferisse que o fizesse da tribuna, pois de lá S.Exa. imposta a voz melhor para que possamos...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mas eu gostaria de solicitar a V.Exa. que me permitisse fazer uso daqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – V.Exa. está permitido a fazer uso da palavra.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Até porque aqui fico mais próximo de V.Exa. e, quem sabe, eu consiga a inspiração necessária para falar.

Fiz questão, Sr. Presidente, de solicitar a palavra porque eu gostaria de relembrar – e eu já estou ficando muito repetitivo nisso – que desde quando estourou esse escândalo, que se deflagrou essa caixa de Pandora, os fatos estão acontecendo e nós estamos denunciando desde o primeiro momento a partidarização desse processo. Partidarização essa que prejudica o andamento das investigações. Está comprovado.

Aliás, ontem, na CPI, quando nós conseguimos aprovar um roteiro de trabalho, nós só conseguimos aprová-lo porque deixamos de lado os interesses menores de partidos políticos. Foi isso. Agora, eu não poderia, como membro desta Casa, um dos membros, pois somos 24, deixar de me pronunciar diante do que foi dito aqui: que nós estamos em uma casa que é teleguiada. Se quem proferiu essas palavras se sente teleguiado, é problema seu. Eu não sou teleguiado. Nunca fui. Aliás, em diversas oportunidades, tentou-se colocar algum rótulo na minha pessoa. Mas o rótulo não pega. Não pega porque os atos falam mais do que as palavras. Às vezes, as palavras são até bonitas, mas não são sustentadas em atos concretos. E aí, meus amigos, eu quero trazer à lembrança: há quinze dias houve uma pessoa que possivelmente foi ao meu gabinete tentar grampeá-lo. Eu disse isso ontem aqui.

Eu disse também que, quando eu era Secretário de Justiça, tenho a prova cabal, o meu telefone também era grampeado. Evidentemente que, como cidadão, isso me faz ficar indignado, mas eu não fico surpreso, não. Sabe por que eu não fico surpreso? Porque grampearam o telefone do Presidente do Supremo Tribunal Federal! Ou alguém não lembra aqui que o Ministro Gilmar Mendes reclamou disso?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

E você sabe por que aconteceram esses atos? Porque sintomaticamente, a partir de um determinado período recente deste país, instituiu-se um estado policalesco, como se a força fosse capaz de manter as pessoas caladas.

E tanto não é capaz que estou aqui falando e, enquanto eu estiver aqui, nesta tribuna, falarei sem nenhum problema. A visão que tenho é muito clara: nós temos neste País, hoje, um estado policalesco, sim, e está muito fácil descobrir os autores desse estado policalesco. Eles até recebem alcunha, num determinado momento. Eu não poderia deixar de lembrar que as denúncias — e temos dito isso desde o início, desde o dia 27 de novembro — sobre esse escândalo são gravíssimas.

Esta Casa, tão logo aconteceu a notícia desse episódio, no dia seguinte, fez uma reunião extraordinária da Mesa Diretora e encaminhou uma representação de todos os Deputados que foram referenciados. Esta mesma Casa, com a presença de 22 Deputados Distritais, de imediato, em 48 horas – e me parece que aquele dia era 30 de novembro, dia consagrado aos evangélicos, ou seja, feriado –, aprovou uma CPI. Alguém se lembra do porquê de não ter sido feita de imediato? Eu me lembro muito bem. Porque esta Casa foi invadida. Esta Casa foi invadida por algumas pessoas e, com essa invasão, nós passamos mais de uma semana sem poder trabalhar. A quem essas pessoas servem? Está muito fácil. É só olhar o vídeo. Para quem elas trabalham? Está fácil. É só analisar os vídeos. Depois, nós tivemos outro episódio que atrasou mais ainda, que foi o fato de termos uma eleição para escolha do Presidente, eleição convocada, e, inexplicavelmente, por questões de foro íntimo, foi adiada por mais uma semana a escolha, paralisando os trabalhos da Casa. Meus amigos, discurso é fácil, mas eu quero me sustentar em fatos, e o fato concreto é este: ou nós paramos de querer só fazer discurso e trabalhamos ou realmente vão conseguir promover uma intervenção aqui, no Distrito Federal, porque, infelizmente, há pessoas que não têm compromisso com esta Casa. Eu tenho.

A partir do momento em que fui eleito Deputado Distrital e assumi o compromisso da defesa da democracia desta Casa, eu ajo desta forma, defendendo esta Casa, que tem mil problemas. Que tem dificuldade, hoje, de colocar os demais membros na CPI, que tem dificuldade, hoje, de colocar membros na CCJ, mas a Casa é uma instituição muito maior do que o mandato dos Parlamentares, e temos que saber fazer a distinção disso. Não é porque o meu interesse circunstancial eleitoral me aponta para um determinado lado que eu devo bater tanto, desse jeito, na Casa, como se quer bater. Nós temos que respeitar esta Casa porque viemos para cá para respeitá-la, para trabalhar, para ela ser instrumento de trabalho em benefício da sociedade do Distrito Federal. Da minha parte, vocês nunca vão ter a oportunidade de ver alguma contribuição para a tentativa de golpe de intervenção que se perpetrou, muitas vezes, na casa de algumas pessoas que conhecemos.

Então, acho que esta Casa não poderia permanecer calada. É uma pena que o plenário esteja com poucos Parlamentares, mas não dá para ficar ouvindo discurso, que é uma coisa que fica no ar. “A Casa é teleguiada”. Não, espere aí. Aponte quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

são os teleguiados. Diga. Aponte as pessoas. Eu, quando faço alguma afirmativa, procuro dizer onde fui buscar.

Se a Deputada Jaqueline Roriz me permite — está presente aqui —, eu tive uma conversa com S.Exa. sobre essa questão. S.Exa. até pensou que um discurso que eu havia feito lhe fora endereçado. Eu fiz questão de procurá-la para dizer: “Não, Deputada. Eu falei isso por isso, isso e isso.” Não foi isso? Por quê? Porque eu acho que nós temos, sim, que respeitar o mandato de todos que foram eleitos aqui. Alguns foram eleitos de uma forma, outros de outra, mas nós temos que respeitar. O resultado concreto é esse.

Agora, eu não poderia - permita-me e perdoe-me, Sr. Presidente em exercício - deixar de fazer este meu desabafo, porque eu não aceito este tipo de procedimento. Se tiver alguma crítica a A, B ou C, faça-a nominando. Agora, não venha com evasivas, porque jogo de palavras nós também sabemos fazer. Eu não vou é fazê-lo aqui, porque não é necessário e porque acho que não é o melhor comportamento que devo ter como parlamentar.

Estou saindo agora porque a CPI aprovou uma visita ao Presidente do STJ. Lá tentaremos obter o que não obtivemos até o presente momento, que é a cópia integral do Inquérito nº 650. Eu sei do esforço que diversos parlamentares estão fazendo para que as coisas caminhem, mas eu sei também que, sob o manto de quererem trabalhar, alguns parlamentares criam dificuldades para não deixar a Casa trabalhar. Então, talvez fosse importante que as pessoas parassem um determinado momento e refletissem: a serviço de quem estavam os invasores que paralisaram durante uma semana os trabalhos desta Casa? A serviço de quem foi determinado que nós deveríamos adiar a eleição para o novo presidente, que foi paralisada durante uma semana?

Então, eu acho que é o momento de reflexão e é a contribuição, Sr. Presidente, que, neste momento, eu poderia oferecer. Peço licença para ir ao STJ, porque nós temos uma audiência com o Presidente de lá, Ministro César Asfor Rocha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raimundo Ribeiro, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Batista das Cooperativas, está havendo na Casa... Todos têm razão naquilo que falam. Vamos admitir assim. Mas, Deputado Raimundo Ribeiro, os discursos ocorrem quando nós, por exemplo, ficamos numa Casa praticamente vazia, quando nós não temos - e não temos razão para isso - os outros dois membros da CPI. Eu não iria, se eu estivesse na CPI da Corrupção, ao STJ hoje. Eu iria com ela completa. Nós não podemos nos furtar nem ousar de, até amanhã, esses dois membros estarem compondo a Comissão. O resultado dela, ninguém sabe, mas os membros têm que existir. Eu tenho falado à Mesa Diretora que não há razão nenhuma. Já se esgotaram todas as tratativas dos parlamentares para compor a Comissão ou não. Um não quer e apresenta uma razão tal ou qual,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

mas o Presidente tem que exercer a autoridade dele, tem que designar, sim. Quem será, nós não sabemos. O Deputado Paulo Roriz, meu amigo, reassumiu ontem, e procuraram por S.Exa. aqui. S.Exa. está na Comissão e entrará no lugar do Deputado Raad Massouh. Como S.Exa. entrará se não está aqui na Casa?

Então, quem está dando azo a tudo isso somos nós mesmos. Eu lhes digo: resultado de CPI, ninguém sabe, mas que ela deve ser feita deve, e até agora nós não fizemos nada disso, nada! Eu, por exemplo, não sei em que dia vem depor um determinado cidadão aqui. Não quero nem saber quem ele é. Eu não sei. Nós não estamos fazendo. A verdade é essa! Vamos admitir. É por isso que há o discurso. É por isso que há a partidarização mencionada por V.Exa. Enfim, há todo um campo para você criar. Você deixa o espaço, e as pessoas vão ocupá-lo, sim, vão ocupá-lo, mas é preciso ter os pés no chão. A Casa, neste ponto, não está fazendo o seu dever, não está! Quem quiser me provar que prove. Por exemplo, os membros da CPI, todos, para completar. Qual é a razão? Foram feitas diversas tentativas. Tudo bem, mas ninguém quer. Quem é que vai compor a comissão?

Ontem, o Deputado Batista das Cooperativas disse aqui que seria de bom alvitre que o Deputado Reguffe viesse para a comissão. Eu só estou dando um nome para S.Exa. Na hipótese de alguém não querer, vai-se convocar suplente? Tudo isso foi discutido. Eu sei. Vou me prender a uma fração do discurso do Deputado Chico Leite. Vai chegar o momento, sim, de se dizer: "Olha, a Casa não quer fazer." Está certinho, está muito certo. Ou tomamos as providências cumprindo nosso papel ou aquilo que o Deputado Chico Leite falou aqui irá acontecer, sim. Vão dizer assim: "Olha a Casa não está querendo cumprir o seu dever." Perdoem-me, mas essa é a realidade que temos visto aqui. É uma confusão de um lado, é uma confusão do outro lado. Fulano diz que quer agora, mas, dois minutos depois, diz que não quer, e assim vai.

Eu acho que temos que pensar um pouco. Vamos deixar. Dizem: "Vão matar o caso na comissão tal, na comissão tal. Só vai funcionar..." Que façam, mas façam. O difícil é não fazer, o ruim é não fazer. O resultado virá. Cada um é responsável por ele. Agora, que tem que se fazer, tem, pelo amor de Deus.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Milton Barbosa, eu recebo essa manifestação de V.Exa. como apoio às minhas palavras, pois, em momento nenhum, eu disse que a Casa está andando. O que eu tenho dito é que eu não aceito se fazer a condenação com evasivas, de modo generalizado. Foi isso que procurei dizer. É porque eu sou extremamente prolixo.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Não sei se V.Exa. lembra bem do início da minha fala, quando eu disse que todos têm razão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar também sobre isso.

Nós buscamos o pragmatismo desta Casa e não conseguimos entrar num entendimento. Se necessitamos de proporcionalidade para indicar um membro para compor a CPI e os blocos compostos não querem assumir, por que não esquecemos esse fato e acatamos o nome do Deputado Reguffe, que se propôs a participar? Eu não consigo entender por que tanta objeção da bancada governista nesse aspecto. Não consigo entender. S.Exa. já colocou seu nome. Se foi proposto, vamos colocar em votação hoje, para ver se conseguimos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputada Jaqueline Roriz, o Presidente da Casa tem que estar presente, pois é da competência de S.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Protelam-se decisões: “Não, nós todos queremos.” Mas, na hora de sermos pragmáticos, não conseguimos chegar a entendimento algum. Essa é a minha preocupação. A cidade inteira está nos vigiando. O País inteiro está nos vigiando. Já se questiona, na cidade, se há de se extinguir a Câmara Legislativa. Vai completar 3 meses esse escândalo, e aqui discussões e nada de prático acontecendo.

Era só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Eu gostaria de fazer uma retificação da leitura do Expediente. Onde se leu “3 indicações do Deputado Cristiano Araújo”, leia-se “1 indicação” e acrescente-se “2 projetos de lei do Deputado Cristiano Araújo”.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu cheguei há pouco e não pude participar dos debates que foram feitos aqui no plenário sobre a questão da CPI.

Sr. Presidente, quando o Exmo. Sr. Juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública tomou sua decisão por meio de uma tutela antecipada, de uma liminar, S.Exa. o fez para que todos os Parlamentares citados, ou falados os seus nomes, seja qual for o termo mais adequado, estivessem impedidos de votar no *impeachment* do Governador.

Quando o Deputado Alírio Neto disse aqui que a CPI estava encerrada e depois retornou e disse que estava suspensa, S.Exa. agiu corretamente, porque a decisão do juiz foi dada no sentido de que os atos que todos os Parlamentares citados tinham praticado estavam nulos. Ora, se nós votamos na constituição da CPI,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 02 2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

é evidente que dentro daquele primeiro entendimento a CPI também estava encerrada. Mas, no mesmo dia, em uma pressa extraordinária, entraram com agravo declaratório e o juiz disse que a CPI não estava dentro daquela sua colocação, mas sim, as duas comissões: a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão Especial.

Então, o que se deduz, Sr. Presidente? Quem pode mais, diz o princípio, pode menos. Se nós pudemos votar para constituir a CPI, mesmo sendo citados como suspeitos — e o juiz reafirmou que é válido esse voto —, eu não vejo nenhum impedimento de um Deputado citado fazer parte da CPI. É lógico e evidente que, se for um caso pessoal dele, ele se abstém de participar. Mas, se é de outro assunto, nada o impede. Esse é o entendimento que a Justiça deu! Ou, do contrário, vamos voltar à primeira palavra do Deputado Alírio Neto, porque ela não existe. Se ela existe com um voto de todos os Parlamentares na sua constituição, mas na sua composição esses Parlamentares estão prejudicados, não foi esse o entendimento dado pelo juiz. S.Exa. disse que só as duas comissões. As demais estavam praticamente desimpedidas. Salvo melhor juízo, esse é o meu entendimento, porque, quando foi feito o agravo declaratório e se separou que a decisão dele era somente para as duas comissões, então a CPI está constituída e todos aqueles Parlamentares ou toda a Casa, os 24 Parlamentares, estão aptos a também compor o seu quadro para que seja constituída e oficializada essa comissão. Esse é o meu entendimento!

Por isso, eu acho que a Justiça deveria julgar rapidamente. Temos, hoje, uma apelação feita ao Supremo Tribunal Federal e esperamos que o Presidente desse órgão possa dirimir todas essas questões e acabar com essa questão de intervenção, de um Poder achar que o outro não pode funcionar. Temos aqui, também, pessoas do Ministério Público citadas, que, segundo a versão, receberam somas altíssimas. Mas eu não vi ninguém dizer que está impedido de exercer suas atividades. Inclusive, a direção-geral do próprio Ministério Público da Capital da República e outras autoridades foram citadas. Foi citado o Presidente da Câmara dos Deputados, que também recebeu. Foram citados Deputados Federais e, no entanto, não se mexeram. Ninguém vai dizer que o Michel Temer está impedido de presidir a Câmara porque teve seu nome citado!

Então, acredito que temos de clarear essa situação e esclarecê-la para que possamos colocar essa CPI para funcionar. Ela tem de cumprir o seu papel esclarecedor, colhendo depoimentos, buscando documentação, fazendo levantamento para que a comunidade de Brasília e do Brasil, o povo brasileiro, tome conhecimento disso. Não podemos ficar com esse negócio de *Tom e Jerry*! Nós temos de ter nossa finalidade de assumir aqui essa responsabilidade.

No meu entender, peço que V.Exa., como um brilhante advogado, como ex-diretor da Polícia Civil, delegado de polícia, com seu grande conhecimento jurídico, pare e pense se quem pode constituir não pode ao menos participar. É uma questão a ser analisada.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10	02	2010	15h40min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos.

É visível a falta de *quorum*. Em face do que declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h55min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 41-Suplemento, de 08/03/2010.